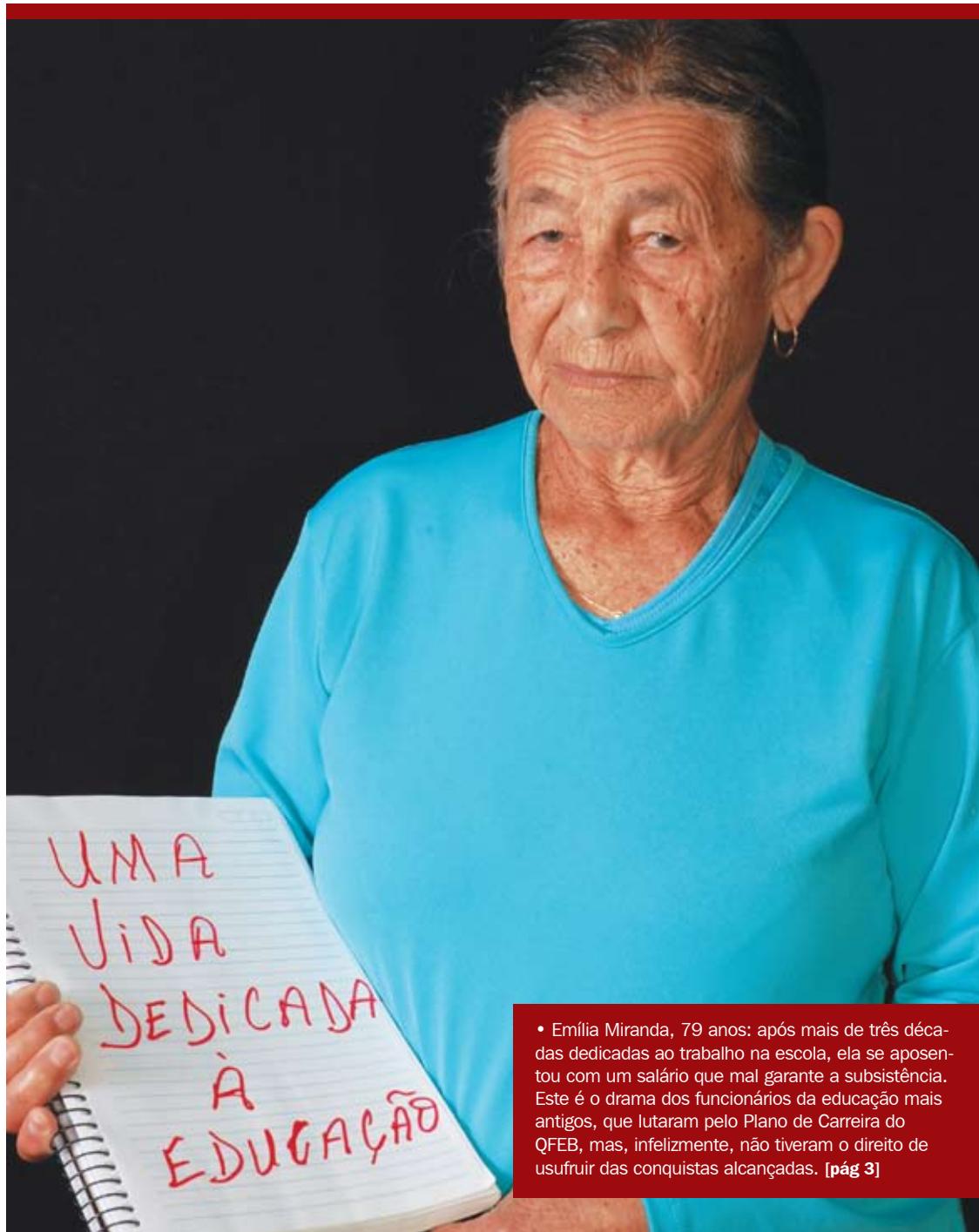




30 de Agosto

Julho de 2012

Jornal da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do PR | www.appsindicato.org.br



• Emilia Miranda, 79 anos: após mais de três décadas dedicadas ao trabalho na escola, ela se aposentou com um salário que mal garante a subsistência. Este é o drama dos funcionários da educação mais antigos, que lutaram pelo Plano de Carreira do QFEB, mas, infelizmente, não tiveram o direito de usufruir das conquistas alcançadas. [pág 3]

Quem não tem carreira não tem futuro!

Respeito aos trabalhadores da educação

União e mobilização da categoria resultaram em evolução na carreira e nos salários. [pág 2]

Avante!

Mudanças necessárias no Plano do QFEB estão em debate. [encarte]

A luta pelos 10% do PIB para a educação pública

A importância da defesa, no PNE, por mais recursos. [pág 4]



Marcha histórica

Veja a linha do tempo nesta edição. [págs 2, 3 e 4]

Funcionários(as) da Educação:

Os funcionários iniciam processo de organização e fundam – após uma greve em conjunto com os professores – a Associação dos Servidores das Escolas Públicas do Paraná (Assep).

O nome da entidade passa a ser: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (Sinte-PR).

Então enquadrados no Quadro Geral do Estado, a categoria inicia a luta por um plano de carreira próprio. A incerteza sobre o futuro era grande. Na época, uma auxiliar de serviços gerais iniciava a carreira recebendo R\$ 156,01 e, ao final, o máximo não passava de R\$ 230,93. O teto salarial de um auxiliar administrativo não era muito diferente: apenas R\$ 269,52.

1986

1989

1991

1997

Quando a Constituição Federal permitiu a criação de sindicatos, tanto a Assep quanto a APP tornam-se sindicatos. Inicialmente, é adotada a denominação Sindicato dos Servidores das Escolas Públicas do Paraná (Sindesepar).

EDITORIAL

Uma luta que faz sentido

Em o ‘Mito de Sísifo’ o filósofo Albert Camus reflete que não há castigo pior para a humanidade que o trabalho sem propósito e esperança. No ensaio, ele relembraria a narrativa do homem que desafiou os deuses e, capturado, sofreu uma punição: empurrar – por toda eternidade – uma pedra até o topo de uma montanha e, em seguida, vê-la rolar abaixo, para então, mais uma vez, empurrá-la novamente montanha acima... Um trabalho eterno e sem sentido.

Infelizmente, este parece ser o castigo de muitos trabalhadores na atualidade. E nós, funcionários da educação, não devemos enveredar por este caminho. O antídoto da desilusão é lutar, sempre, pela concretização de uma carreira que nos dê perspectiva. Hoje, após a perseverança de muitos que vieram antes de nós e de outros tantos que ainda permanecem nas escolas e na luta, já conquistamos muito. Um dos êxitos mais relevantes foi o nosso plano de carreira que, no momento, passa por adequações. Outra forma de não cair na desmotivação é conhecer a própria história, para valorizar, de maneira devida, o que foi conquistado.

Por tudo isso, esperamos que aproveitem esta edição especial do ‘30 de Agosto’ sobre os funcionários da educação. Ela relata nossas grandes conquistas e aponta os próximos passos da nossa caminhada. E particularmente este ano, em que a APP-Sindicato completa 65 anos (e 19 de luta unificada com os funcionários), queremos fortalecer ainda mais esta união, e lembrar que somente organizados e mobilizados podemos continuar escrevendo esta história de coragem e perseverança, que transformar nossa entidade em um exemplo de atuação para todo o país. Boa leitura!

Direção Estadual da APP-Sindicato

Uma releitura da realidade: carreira, garantia de futuro

Uma das principais ações para conquistar uma carreira específica na educação para os funcionários foi a marcha de Ponta Grossa à Curitiba, em 2005. De lá para cá, a APP-Sindicato continua travando uma batalha incansável, envolvendo toda a categoria, em busca de novos avanços. E um resultado almejado tornou-se real em 2008: o Plano de Carreira dos Funcionários do Quadro da Educação Básica (QFEB). A partir desta nova configuração – a saída do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) e a instituição de um quadro e carreira próprios – é que se constata o quanto a situação dos funcionários da educação do Paraná evoluiu. Mas precisa avançar ainda mais.

Ao analisar a tabela inicial do QFEB (valor atual de R\$ 784,02) em relação ao salário mínimo (atualmente é R\$ 622,00) é possível concluir que os funcionários vivem em um período em que não há perdas, mas, também é fato, não existem ganhos reais nos salários. E o sinal de alerta começa a soar. A explicação é simples: quando o QFEB recebe, como vem ocorrendo nos últimos anos, apenas o índice de reajuste inflacionário, e, paralelamente, o governo federal aplica ao salário mínimo uma política de ganhos reais, tende a acontecer um emparelhamento do mínimo com o valor



MARCOS BORGES | W3
• A campanha salarial da APP insiste no reajuste de 14,13% para os funcionários da educação

inicial da tabela. O salário mínimo regional do Estado também foi reajustado para além da inflação. Quando foi criado, em 2006, seu valor era de R\$ 429,12. Hoje está em R\$ 811,80, após um reajuste de 10,33%.

A campanha salarial lançada pela APP insiste no reajuste de 14,13%, efetivado ao salário mínimo, para os funcionários da educação. O governo argumenta dificuldade legal de conceder o reajuste diferenciado aos servidores. Como está sendo negociada a ampliação dos direitos no plano de carreira, o sindicato entende que poderão ser reajustadas as tabelas na aprovação da emenda à Lei 123/2008. Assim, a entidade atua em várias frentes para obter do Poder Executivo o respeito devido aos funcionários da educação.

A LUTA CONTINUA!

Adequações no Plano: sabemos onde queremos chegar

No debate com a comissão, a APP conseguiu garantir importantes avanços que resultarão em melhoria salarial e na consolidação da carreira

A necessidade de avançar mais é inquestionável. O que foi alcançado não anula o que ainda pode ser obtido. Neste sentido, a APP, além da campanha salarial pelos 14,13% de reajuste, também defende diversos itens nas negociações com o governo, em especial na ‘Comissão de Estudos para a Adequação dos Planos de Carreiras dos Professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério (QPM) e dos Funcionários pertencentes ao Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB)’.

Com relação à alteração do Plano, a minuta já está pronta (ver no portal da APP: www.app-sindicato.org.br) e o sindicato mantém a pressão sobre a Secretaria de Estado da Educação (Seed) para acelerar o envio da matéria à Assembleia Legislativa. Não foi pouco o trabalho para a construção de uma proposta. Inicialmente, a Comissão instituída pela Seed tinha um prazo de três meses para finalizar o trabalho, mas foram necessários nove meses.

“Isto devido aos pontos em que há divergência entre APP e o governo. Neste prazo, insistimos muito na tentativa de superar os impasses, a exemplo da utilização do título de nível médio no QPPE e tempo de Paraná Educação para efeito de quinquênio”, explica José Valdivino de Moraes, secretário estadual de Funcionários da APP. Leia, a seguir, as mudanças no Plano do QFEB que estão em negociação com o governo:

:: Novo dispositivo para progressão

– Existia uma discussão de ampliação da carga horária de 40 para 120 horas. Diante disso, a APP, na Comissão, apresentou uma proposta de avanço de três classes: uma por avaliação de desempenho e duas por apresentação de títulos de qualificação, sendo uma a cada 60 horas e com dispositivo na Lei garantindo aproveitamento de 100% da carga horária da Semana Pedagógica.

:: Remoção - Garantir como direito o Concurso de Remoção para os funcionários, desta forma deixa de ser uma concessão (favor). Hoje, para isto ocorrer há a necessidade de uma declaração da direção da origem e outra declaração da direção do colégio de destino. É preciso um direito, com definição de critérios universais, para realização da remoção.

:: Recesso de final de ano – Ao término de cada ano, o sindicato busca junto ao governo um entendimento para garantir que os funcionários da educação tenham direito ao recesso que já é garantido aos professores. A alteração da Lei 123/2008 torna este ponto um dos itens centrais para gerar este direito, deixando de ser uma concessão do governador como tem ocorrido por vários anos.

:: Avanços na Carreira - O enquadramento dos funcionários no Plano de QFEB ocorreu, basicamente, com o mesmo vencimento da tabela do QPPE. No entanto, os critérios de promoção e progressão são objetivos, permitindo, assim, que o funcionário com o título de nível médio avance sete classes, acumulando, assim, um reajuste de 26,6% com o título do PróFuncionário 22,8%; Curso Superior 19%. Aprovadas as emendas relativas à promoção por título de graduação e especialização para o Agente Educacional I, e especialização e mestrado para o Educacional II, será possível acumular um avanço de outras sete classes (por título), significando acréscimo de 26,6% a mais para cada titulação.

Um funcionário iniciando a carreira no Agente Educacional I, concluindo formação média, PróFuncionário, superior e especialização, acumula um avanço por promoção de 25 classes, sobrando 11 classes para a progressão, que avança três classes a cada dois anos. Assim, esta pessoa poderá, com mais oito anos, chegar ao fim da carreira. Já o Agente Educacional II, con-

cluindo o PróFuncionário, superior, especialização e mestrado, acumula o avanço de 25 classes, ficando 11 classes para avançar por progressão. Esta carreira, com esses novos critérios para promoção e progressão, beneficiará todos os funcionários que se dedicam ao estudo e será muito atraente aos jovens que procuram uma profissão. Com estas adequações, será possível visualizar, no futuro, um quadro com profissionais qualificados.

:: Regulamentação das atribuições

- Algumas funções na Lei 123/2008 não tiveram suas atribuições descritas, gerando dúvidas a alguns chefes imediatos. Desta forma, nestas emendas serão descritas as atribuições dos antigos auxiliares administrativos que atuam nas secretarias e bibliotecas das escolas, regulamentado, também, o pagamento da gratificação de secretária(o), as atribuições dos atuantes nos laboratórios (concursados como assistente administrativo) e dos que atuam nos Colégios Agrícolas.



A LUTA CONTINUA!



• Através da luta, categoria consegue pressionar governo por mudanças

Você sabia?

Mesmo que a carreira permita o desenvolvimento de atividades fora da área de concentração, por ser um macro cargo, e considerando que os funcionários participaram do concurso público neste conceito de cargo, o sindicato deverá indicar que no processo cotidiano seja utilizado o dispositivo do Art. 8º da Lei do Plano do QFEB: “O gestor do estabelecimento estimulará a atuação do funcionário em áreas de concentração que atendam à necessidade da educação, valorizando a sua qualificação profissional”. Desta maneira, os próprios funcionários poderão, de forma individual, se alocar nas áreas e vagas nas escolas dentro de sua habilitação profissional. Isto também poderá acontecer através dos concursos de remoção, que deverão apresentar critérios que ajustem estes profissionais dentro de suas áreas, fortalecendo, assim, a profissão.

Principais conquistas dos funcionários da educação:

- Pagamento do vale-transporte e vale-alimentação.
- Avanços dos atrasados do Quadro Geral (na greve do ano de 2000).
- Aprovação do QPPE em 2002.
- Concurso Público para Agente Educacional II em 2005.
- Reajuste real para os funcionários (o salário do agente I de R\$ 280,00 foi para R\$ 570,00. Aumento de mais de 100%).
- Reajuste real para os funcionários (o salário do agente II de R\$ 334,00 foi para R\$ 870,00. Aumento de mais de 100%).
- Plano de Carreira (gratificação período noturno, gratificação à secretaria de escola e um sistema mais justo para as promoções e progressões na carreira).
- Implementação do Curso de ProFuncionário em 2005.
- Reconhecimento dos funcionários de escola como trabalhadores da educação (através da alteração do artigo 61 da LDB).

Patamar de 10% do PIB para a educação pública é viável

A Câmara dos Deputados aprovou, em 26 de junho, o patamar de investimento público em educação pública na ordem de 10% do PIB (Produto Interno Bruto). Foi uma vitória da cidadania brasileira, construída por meio de um intenso processo de interação entre o parlamento e a sociedade civil. É importante ressaltar que não se trata de uma vitória definitiva, pois ainda precisa ser confirmada no Senado Federal, mas foi dado um grande passo.

Quando começamos a trabalhar, no âmbito da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, muitos desacreditaram que avançaríamos. No Brasil, o jogo político é curioso. Antes mesmo

de ser iniciada qualquer disputa no legislativo, o governo já é declarado vencedor. Por um estranho princípio, a opinião pública considera os parlamentares sempre submissos. Há também um tolo consenso de que a área econômica é predominante sobre todos os demais setores do governo. E, por último, há uma crença generalizada de que editoriais e matérias da grande mídia comandam qualquer decisão legislativa. Nada disso é verdade absoluta.

Nas jornadas vitoriosas para a criação do Fundeb, a Campanha já tinha provado que é possível, sim, vencer o governo. Por experiência acumulada, aprendi que outros fatores definem

as batalhas travadas no Congresso Nacional. A sociedade civil brasileira conseguiu aprovar o patamar de 10% do PIB para a educação pública no novo PNE, basicamente, porque trabalhou muito e trabalhou bem. O patamar adequado para o financiamento da educação foi aprovado não apenas porque é justo. Foi a argumentação técnica, a capacidade de análise do cenário político, o acompanhamento incansável e a mobilização social que culminaram na vitória de ontem. Custou muito, mas valeu a pena.

Trecho de artigo de Daniel Cara, coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação desde junho de 2006.

uma história de lutas e conquistas

Após muitos debates e esforço, professores e funcionários decidem juntar as entidades que representavam seus respectivos segmentos. Uma assembleia histórica, realizada em Ivaiporã, selou a unificação entre Sinte-PR e APP-Sindicato. Nasce a **APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná**. A luta, então, passa a ser uma só.



Ano em que o sindicato lança uma das suas mais emblemáticas campanhas: a do Prato Vazio. A categoria ocupa a Secretaria de Estado de Administração e Previdência (Seap) e pede a implantação do vale-transporte em vista do 'salário de fome' pago aos funcionários de escola.

1998



Neste mesmo ano, os funcionários também participam da ocupação da Secretaria de Estado da Fazenda e de uma greve de fome. As principais reivindicações eram: implantação do vale alimentação e o fim do Pladepe.

1999

A APP promove o **I Encontro Estadual de Funcionários**. O tema, 'Sem funcionários a escola não funciona', é uma tentativa de sensibilizar e construir o reconhecimento devido a estes trabalhadores.



2000

Uma profissão, novos desafios...

Com o plano de carreira, os funcionários da educação conquistaram o futuro profissional que, infelizmente, muitos não tiveram. Garantir mais direitos depende da união e mobilização

Até janeiro deste ano, quem visitasse o Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus, no município de Moreira Sales, poderia encontrar por lá uma senhorinha de quase 79 anos, Emília Miranda. Ela atuava como merendeira da escola nos períodos da manhã e noite. Dona Emilia, como todos a chamam, teve que se afastar por completo das atividades por conta da idade. Mas mesmo cansada ela queria continuar trabalhando. O motivo? A saída da escola significou um corte de 50% em sua renda.

"Após trabalhar 33 anos em escola e outros 15 anos na prefeitura, estou recebendo, hoje, pouco mais de R\$ 600,00 para sobreviver. Isto não é suficiente, ainda mais com os problemas de saúde que tenho por conta do desgaste dos meus ossos e a pressão alta. Gostaria que a minha aposentadoria fosse revisada. Do jeito que está não sei o que fazer", lamenta Dona Emilia que foi, por tempo de serviço, aos 60 anos. "Continuei trabalhando, pegando o turno da noite, que ninguém queria, porque o trabalho me garantia uma renda a mais", justifica.

Ao ingressar no Estado, no final da década de 70, Dona Emilia viveu uma realidade que nem de longe se compara a que hoje é vivenciada por aqueles que ingressam na carreira. Em primeiro lugar: sequer existia uma carreira. O ingresso não era por concurso, mas por teste seletivo. Além disso, o vínculo empregatício mudava



• O plano de carreira consolida a valorização dos funcionários que, na história da educação brasileira, se constituíram de uma forma subalterna

conforme a ocasião e necessidade. Foi CLAD (ou CLT), ParanáEducação, etc. Profissionalização era uma palavra desconhecida. Valorização e identidade do funcionário como educador sequer estava em debate. O resultado é que, após tantos anos de trabalho árduo, o servidor da área se aposentava com o salário mínimo.

"O ponto de partida para a valorização de uma profissão, de uma atividade profissional ou de uma função específica de trabalho é a carreira"

Greve geral. Os educadores exigiam que Jaime Lerner cumprisse acordos firmados no ano anterior e a eleição direta para diretores. Assembleia Legislativa do Paraná é ocupada.

Governo Jaime Lerner. Os funcionários recebem salário inferior ao mínimo e era necessária uma complementação de R\$ 43,99. Mas isto não enfraquece a luta. Em julho, foi aprovada a lei estadual nº 13.666/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) com vencimento mínimo inicial da tabela de R\$ 228,41 (valor acima do salário mínimo da época). Os salários dos funcionários da educação também sofrem mudanças. Mas apesar da aparente melhoria, as regras para avançar na tabela são muito complexas.



Conquistado Plano de Carreira dos Funcionários da Educação Básica (Lei nº 123/2008), que criou novos critérios para avanços e permitiu aos funcionários da educação melhores vencimentos através das promoções e progressões.

2001

2002

2005

2006

2008



Imagens: Arquivos APP-Sindicato



Imagens: Arquivos APP-Sindicato

No aspecto profissionalização, a categoria conseguiu, através da criação da área profissional 21 (que resultou na criação das habilitações para funcionários de escola: técnico em infraestrutura e meio ambiente escolar, técnico em alimentação escolar, técnico de gestão escolar e técnico em multimeio didático) a implementação das primeiras 38 turmas de profissionalização no Paraná.

Os avanços são conquistados com mobilizações e luta sindical. São obtidos um abono de R\$ 100,00 e uma gratificação de mais R\$ 100,00. Em seguida, os valores são incorporados à tabela e o salário inicial do Agente de Apoio passa para R\$ 580,00 e, o final, para R\$ 2.066,46. O Agente de Execução recebe o inicial de R\$ 870,00 e o final de R\$ 3.157,77. Para comparar: o mínimo vigente era de R\$ 350,00.

...e um único caminho

O plano de carreira dos funcionários não contemplou todas as reivindicações da categoria, mas, mesmo assim, foi considerado, sem sombra de dúvida, um enorme avanço no reconhecimento dos funcionários e, consequentemente, na qualidade da educação. “O ponto de partida para a valorização de uma profissão, de uma atividade profissional ou de uma função específica de trabalho, é a carreira”, aponta a presidente da APP-Sindicato, professora Marlei Fernandes de Carvalho, que também integra a Comissão de Adequação dos Planos de Carreira.

De acordo com o secretário de Funcionários da APP, José Valdivino de Moraes, a valorização dos funcionários da educação acontece no que ele descreve como ‘quatro eixos estruturantes de uma carreira profissional’: ingresso, vencimento, profissionalização e plano de carreira. E ao lutar para garantir esta bandeira, a categoria organizada pela APP conseguiu um feito que merece, no mínimo, respeito: em janeiro de 2012, dos **23.578** funcionários da educação, **20.893** são concursados e integram o QFEB (19.934) ou QPPE (959).

No momento em que foi elaborado o Plano de Carreira, ainda não estava consolidado o conceito legal de profissionais da educação. Por conta disto é que se fez necessária a adequação da carreira ao eixo profissional. E o que tem sido feito? A unificação da carreira criando as mesmas condições para a promoção, ampliando para graduação, pós-graduação, mestrado e, ao mesmo tempo, fazendo um ajuste na tabela do Educacional I, construindo uma equiparação entre os profissionais com a mesma habilitação.

“Com esta adequação na carreira dos funcionários da educação, criamos as condições necessárias para intensificar o processo de mobilização para a implementação do Piso Salarial Profissional Nacional para todos os profissionais da educação, conforme previsto no Artigo 206 da Constituição Federal” destacou o secretário

de Funcionários da APP. Segundo ele, avançar no conceito de profissional da educação e consolidar uma política de valorização significa romper definitivamente com o atrelamento ao QPPE. “E se empenhar pela unidade com um quadro da educação, buscando, desta forma, a mesma política de reajuste entre os funcionários e os professores”, avaliou.

EXPEDIENTE



Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 - Site: www.appsindicato.org.br

• **Presidente:** Marlei Fernandes de Carvalho • **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Luiz Felipe Nunes de Alves (Interino) • **Jornalistas:** Adir Nasser Junior (3819-PR), Denise Kelm Soares (7379-PR) e Valnisia Mangueira (893-SE) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • **Impressões:** WL Impressões • **Tiragem:** 20 mil exemplares.

Gestão APP-Sindicato: na Luta em Defesa da Escola Pública (2011-2014)

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Silvana Prestes de Araújo - Secretaria Geral • Isabel Catarina Geral - Secretaria de Política Sindical • Walkíria Olegário Mazeto - Secretaria Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretaria de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretaria de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretaria de Municipais • Luiz Felipe Nunes de Alves (interino) - Sec. Imprensa e Divulgação • Mario Sergio Ferreira de Souza - Secretaria de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretaria de Aposentados • Luiz Felipe Nunes de Alves - Secretaria de Políticas Sociais • Hermes Silva Leão - Secretaria de Organização • Isabel Catarina Zöllner - Sec. de Formação Política Sindical • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretaria de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. Gênero e Igualdade Racial • Idemar Vanderlei Beki - Secretaria de Saúde e Previdência.



@appsindicato



App Sindicato



YouTube APPSINDICATO